

Congresso
Ajuda de alto custo

Parlamentar recebe Cr\$ 912 milhões por sessões extras

Christiane Samarco

BRASÍLIA — A convocação extraordinária do Congresso Nacional custará Cr\$ 912 milhões aos cofres públicos, só com o pagamento a deputados e senadores. Cada um dos 570 parlamentares terá direito a ajuda de custo de Cr\$ 1,6 milhão — pouco mais que o salário normal de um deputado, de Cr\$ 1,4 milhão — paga em duas vezes, no início e no final da convocação, em 31 de janeiro. Para que a primeira parcela chegue ao bolso do parlamentar amanhã, basta que o deputado ou senador tenha comparecido a uma única sessão de votação esta semana.

Entre telefonemas de parlamentares interessados em saber quando a ajuda de custo seria depositada em suas contas bancárias, o diretor-geral da Câmara, Ademar Sabino, advertia ontem que seria necessário comparecer às sessões para ter direito à segunda metade da ajuda de custo. Tanto o diretor quanto a deputada Raquel Cândido (PDT-RO), que preferiu tirar as dúvidas pessoalmente com Sabino, concordam que o dinheiro foi o grande estímulo ao quórum inesperado. Na sessão de segunda-feira, compareceram 173 deputados e 28 senadores. Ontem, havia ainda mais gente: 268 deputados e 43 senadores. “Não fosse essa ajuda de custo, os 300 deputados que perderam a eleição nem passariam perto de Brasília”, comentou Raquel.

“Só quem comparecer a pelo menos 75% das sessões terá direito à ajuda de custo”, protestava ontem o líder do PSDB na Câmara, Euclides Scalco (PR), que apresentou proposta à Mesa para que a direção do Congresso estabeleça esta exigência. “Como o Artigo 55 da Constituição diz que o parlamentar que faltar a mais de um terço das sessões perde o mandato, impedi que este princípio fosse estendido à remuneração da extraordinária”, explicou Scalco. O presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), garantiu que a partir de hoje a presença será controlada pelo painel eletrônico e submeterá a proposta ao plenário ainda nesta quarta-feira.

Recursos — Tanto a Câmara quanto o Senado dispõem de recursos no orçamento para pagar aos parlamentares. No Senado, informou um diretor, a sobra orçamentária foi de Cr\$ 174 milhões. Para não devolvê-los ao Tesouro, a administração tratou de renovar a decoração dos gabinetes dos senadores. Os funcionários, ao contrário, não geram despesas extras na convocação. Eles recebem a Gratificação de Atividade Legislativa, de 30 diárias sobre o salário, exatamente para cobrir essas eventualidades.

Mas nem só de folgas orçamentárias vive o Congresso. Na Câmara, a rubrica manutenção fechou no vermelho e a convocação ainda pode gerar calotes além das despesas previstas. É que as cotas de telefones, atualmente fixadas em cerca de Cr\$ 40 mil por mês, são sempre ultrapassadas por duas centenas de parlamentares. Geralmente uns 150 deixam de pagar a conta, mas acabam regularizando logo a situação porque a Telebrasil cortou o telefone dos gabinetes dos caloteiros. Como muitos não se reelegeram, já se conta com um prejuízo em janeiro.

Como os funcionários estão tradicionalmente em férias este mês, restaram apenas três motoristas para servir aos 70 senadores e nada menos que 90% dos seguranças entraram em férias. No Senado, o jeito foi colocar os mecânicos e funcionários administrativos da seção de transportes na direção dos Opalas oficiais dos parlamentares. Na Câmara, a diretoria-geral já começa a convocar seguranças para guardar o Anexo 4, prédio onde funcionam os gabinetes parlamentares.

Para os deputados, a vida também não está fácil. Em tempos de convocação extraordinária, não há contínuos, datilógrafos nem secretárias para cuidar dos recados. A deputada Raquel Cândido trouxe de casa sua secretária eletrônica e, de quebra, pediu ao marido que a ajudasse no trabalho parlamentar. “Os gabinetes estão completamente vazios porque, no geral, ninguém quer sacrificar o funcionário que viajou de férias. Eu não vou convocar ninguém”, disse a deputada.